

18 MAI 1994

Impostura em educação

A PREFEITURA de Niterói não cumpre a Constituição: seus investimentos em educação ficam muito abaixo do que a Constituição estipula como mínimo.

MAS Niterói não é caso isolado. A desobediência também é praticada pela União e um número altíssimo de municípios. A ponto de se vir discutindo se a Constituição foi realista, e se a política de vinculação de recursos é a mais lúcida num país em que os investimentos sociais são as primeiras vítimas de qualquer crise econômica ou política.

REGISTRE-SE, contudo, que não é muito alta a participação dos impostos na receita das prefeituras das capitais — na Região Sudeste é, em média, de 33,25%. Sendo assim, não será demasiado o que se exi-

ge para investimento em educação; é forma certa de maximizar a aplicação geral dos recursos públicos. Qual é, com efeito, o investimento de retorno mais garantido que o feito em educação?

SÓ é necessário, evidentemente, não se burlar a lei; por exemplo, contabilizando-se como despesa com educação o que pouco ou nada tem a ver com ela. Como está pretendendo o procurador-geral do município de Niterói, Fernando Walcacer, ao defender-se com a alegação de que a educação deve ser entendida “em sentido amplo”. Assim, ele considera despesas com educação investimentos da Prefeitura de Niterói em reformas de museus, publicação de textos relativos à história, à cultura e à vida da cidade e até com artistas em dificuldades para gravar seus discos.

NÃO se podendo admitir que o procurador-geral ignore a distinção entre educação e cultura, resta aceitar que ele esteja embarcando na mesma impostura de que têm sido culados União e municípios.

PAÍS estranho, o Brasil. Em que se fraudam de todas as maneiras as políticas sociais; sobretudo pervertendo-lhes o espírito e objetivo. Em que se toma qualquer coisa como educação, a título de ser, de alguma forma, cultura. E em que se recorre à impostura para se obter o recibo de correção.

E HÁ sério perigo na impostura: ela não só traz para a rubrica da educação itens que lhe são estranhos, como procura fazer esquecer a prioridade essencial da ação do Estado no campo educacional; ou seja, o ensino básico universal — e de qualidade.